

Serviço Social, Território e Questão Social: uma revisão teórica-metodológica
Social Service, Territory and Social Issue: a theoretical-methodological review
Servicio Social, Territorio y Cuestión Social: una revisión teórico-metodológica

Recebido: 19/09/2022 | Revisado: 27/09/2022 | Aceito: 03/11/2022 | Publicado: 03/11/2022

Jhon Lenon Jardim da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0215-1665>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: jhonlenonbb12@gmail.com

Patrícia Pinheiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8194-7172>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: patriciapinheiro95@hotmail.com

Milena Cordeiro de Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0208-9400>

Faculdade Cearense

E-mail: barra.milenafreitas@hotmail.com

Rosemary Negreiros de Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9571-9338>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: rosearaujo@mail.uft.edu.br

Maria Helena Cariaga Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8829-6437>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: mhcariaga@mail.uft.edu.br

Resumo

O presente artigo traz, com base em estudos bibliográficos, as categorias Serviço Social, Território e Questão Social, com o objetivo central de contribuir com as reflexões à luz da teoria social crítica no campo do Serviço Social. A rigor, como metodologia, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, para sistematizar as ideias utilizando autores clássicos e contemporâneos que discutam a temática a nível nacional. Portanto, como método, utilizaremos do materialismo dialético para compreender o movimento histórico da

realidade, haja vista, que o atual momento se apresenta em risco por conta do avanço do conservadorismo presente nas relações sociais.

Palavras-chave: Serviço Social; Território; Questão Social.

Abstract

This article brings, based on bibliographic studies, the categories Social Work, Territory and Social Question, with the central objective of contributing to the reflections in the light of critical social theory in the field of Social Work. Strictly speaking, as a methodology, bibliographic research was used to systematize ideas using classic and contemporary authors who discuss the theme at a national level. Therefore, as a method, we will use dialectical materialism to understand the historical movement of reality, given that the current moment is at risk due to the advance of conservatism present in social relations.

Keywords: Social service; Territory; Social issues.

Resumen

Este artículo trae, a partir de estudios bibliográficos, las categorías Trabajo Social, Territorio y Cuestión Social, con el objetivo central de contribuir a las reflexiones a la luz de la teoría social crítica en el campo del Trabajo Social. En rigor, como metodología se utilizó la investigación bibliográfica para sistematizar ideas utilizando autores clásicos y contemporáneos que abordan el tema a nivel nacional. Por tanto, como método, utilizaremos el materialismo dialéctico para comprender el movimiento histórico de la realidad, dado que el momento actual está en riesgo por el avance del conservadurismo presente en las relaciones sociales.

Palabras clave: Servicio social; Territorio; Problemas sociales.

Introdução

O artigo, apresenta algumas reflexões à luz da teoria social crítica para pensar as categorias Serviço Social, Território e Questão Social no contexto do neoliberalismo¹,

¹ A partir da década de 1970, passou-se a chamar de “neoliberalismo” por um conjunto de ideias que partem do liberalismo clássico e aplicam seus princípios ao contexto atual. Para além disso, uma das suas principais características é o Estado mínimo, que deve apenas garantir os direitos naturais - como a vida e propriedade -, não devendo se envolver com a prestação de outros serviços, como por exemplo saúde ou educação que seriam privados.

posto que, apesar do avanço da precarização no campo das ciências sociais e diante esta conjuntura de crise estrutural do capital, apresenta-se com intensidade os retrocessos no que diz respeito as políticas sociais no âmbito da Educação. Sendo assim, portanto, o estudo busca apresentar contribuições teóricas para analisar a profissão do Serviço Social, não podemos deixar de demarcar que a profissão se articula, desde os finais dos anos de 1970 no Brasil, com a classe trabalhadora para se colocar em defesa dessa classe como uma das bandeiras de luta.

Pensar as categorias Serviço Social, Território e Questão Social, no seu contexto da emergência à frente do modo de produção capitalista, resulta em problematizar que estudiosos como por exemplo: Yamamoto, Yazbek, Netto e Abreu, os quais contribuem no debate realizando pesquisas para subsidiar os estudos dos demais pesquisadores. Para além disso, o texto estrutura-se apresentando como o Serviço Social se organiza enquanto profissão e a Questão Social no Brasil, posteriormente, como é compreendido a categoria Território na concepção da política pública da assistência social.

Nessa direção, o Serviço Social enquanto profissão inserido na divisão sociotécnica do trabalho, se posiciona em defesa dos direitos sociais, políticos e humanos para que haja na mediação a emancipação política enquanto sociedade civil e o estado governamental, contudo, como destaca Netto² (1992) não podemos deixar de polemizar que o assistente social não é mero executor terminal de políticas sociais. A partir disso, para pensar tal análise Yamamoto (2015, p. 20), vai contribuir que “[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos”.

Portanto, o interesse em discutir essas categorias está intrinsecamente relacionado ao objeto de estudo dos mestrados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial-UFT). Pois, pensando estrategicamente na produção da dissertação como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Serviço Social, faz-se necessário a produção de conhecimento a partir das categorias que serão utilizadas na dissertação.

Metodologia

² NETTO, José P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1992

Com o objetivo de pensar as categorias colocadas como objeto de estudo neste trabalho, buscamos apresentar a compreensão das categorias, conceitos e elementos que articulam a produção do conhecimento contribuindo efetivamente para a teoria social crítica. Dessa forma, decidimos trilhar a partir do método materialismo histórico-dialético e, para compreender sobre o método, partimos do entendimento de Netto (2006) que o método dialético é um processo dinâmico e em constante movimento, este sinaliza que para Marx

[..] O seu procedimento consistia sempre em avançar do empírico (os "fatos"), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo este processo. [...] é um método, portanto, que, em aproximações sucessivas ao real, agarra a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas. Um método que não se forja independentemente do objeto que se pesquisa — o método é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode reproduzir intelectual- mente o processo do objeto investigado. (NETTO, 2006, p. 30-31)

Por este lado, compreendemos que a partir do método dialético teremos mais facilidade para realizar a leitura da realidade, em seu estado real concreto. Em se tratando da técnica da pesquisa, escolhemos que a pesquisa seja de cunho bibliográfica, partindo da compreensão de Gil (2002, p. 45) “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado”. Ou seja, daremos continuidade no estudo já desenvolvido por outros autores e pensadores na contemporaneidade.

Portanto, pensando em como estruturar metodologicamente este estudo, nos colocamos no sentido de compreender as categorias em suas múltiplas expressões na realidade. E para entendermos esse movimento, buscamos através de alguns autores que discutam a temática a nível de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa social. Por isso, a decisão de escolher a técnica de pesquisa bibliográfica, para desvelar por de trás de uma ótica conservadora.

Serviço Social, Território e Questão Social: em notas introdutórias

*“Para que o trabalho não seja um meio devida
para que a morte não seja o que mais a vida abriga
Para que o amor não seja uma exceção, façamos
agora uma grande e apaixonada revolução”*
(Mauro Iasi, 2011, p. 144)

Parafrazeando BOSCHETTI (2016), há mais de 80 anos nascia a profissão de Serviço Social no solo do conservadorismo, mas é uma profissão que ousa a expressar não ao pensamento conservador, vai na direção de buscar ferramentas no pensamento crítico da tradição marxista, fundamentados nos preceitos éticos, teóricos e políticos para organizar o projeto ético-político em valores como a liberdade, igualdade, a socialização da riqueza. Para além disso, o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

Dessa maneira, a profissão que se arrisca reinventar-se na medida em que se insere nas relações sociais, contribui significativamente do ponto de vista teórico para a reflexão crítica no modo de produção capitalista. Para tanto, sinaliza-se a necessidade de dar continuidade do processo formativo para compreender a formação social. Pois, importa, enfatizar, o papel do estado que viabiliza os direitos sociais a partir da implementação das políticas sociais.

De modo geral, não podemos deixar de sinalizar que dialogaremos a partir das categorias Serviço Social, Território e Questão Social para trazermos discussões que serão apresentadas em formato de reflexão para compreender a Questão Social enquanto objeto de trabalho do(a) assistente social na contemporaneidade. Além disso, em se tratando da categoria território, Abreu (2016, p. 25), evidencia que “[...] as ressignificações de diversos conceitos, já bastante explorados no Serviço Social, [...] Estas mediações servem de sustentação ao modelo reducionista e focalizado das políticas sociais como respostas à crise do capital no campo das políticas sociais”. Por este motivo, discutiremos como se organizou o debate com base em elementos que contribuem para a reflexão crítica no Serviço Social.

O Serviço Social no Brasil: breves considerações históricas

Pensar o processo sócio-histórico da emergência da profissão de Serviço Social, requer, sobretudo, trazer algumas provocações a partir de como a profissão se organizou na sociedade capitalista no Brasil. Para sustentar a reflexão, de acordo com Yazbek (2009, p. 3), a “[...] profissão na sociedade capitalista é o conceito de reprodução social que, na tradição marxista, se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade”.

A rigor, a profissão está inscrita no Brasil desde sua emergência no ano 1930, que de acordo com Netto (1992) nasce no solo do conservadorismo a partir das implicações

do capitalismo monopolista, especialmente, no processo da industrialização e com o crescimento da pobreza em decorrência da produção e (re)produção da sociabilidade capitalista.

Não podemos nos esquecer, portanto, que nos escritos de Engels, o pauperismo³ surge a partir da iniciativa da classe de trabalhadores que estavam sobrevivendo em péssimas condições de vida incorporada pela desigualdade social. Para melhor compreensão acerca desse movimento da gênese da profissão, necessita historicizar como se estruturou a profissão do Serviço Social no solo brasileiro. É importante destacar que não cabe aqui fazer todo um resgate sócio-histórico da profissão, no entanto, daremos ênfase de modo geral para contribuir com o debate do Serviço Social.

Nesse sentido, o Serviço Social legitimou-se a partir das relações sociais que segundo Yamamoto e Carvalho (1995, p. 65) “[...] como a reprodução do capital permeia as várias ‘dimensões’ e expressões da vida em sociedade”. Nos termos de Yamamoto e Carvalho (2001), o Serviço Social surge sob a influência da igreja católica, tendo o tomismo⁴ como inspiração filosófica que acompanhou a profissão nos marcos da sua emergência com direcionamento conservador, contudo, o Serviço Social emerge com fortes influências do movimento da ação católica que tinha por concepção o neotomismo⁵. Afirmava a autora Yazbek (2009)

Cabe ainda assinalar, que nesse momento, a questão social é vista a partir de forte influência do pensamento social da Igreja, que a trata como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento. (YAZBEK, 2009, p. 8)

Dessa maneira, surge a profissão com base nas contradições correspondente do estado, mercado e igreja, haja vista, que necessitava da intervenção da profissão para “amenizar” as expressões da Questão Social, principalmente no contexto da relação capital x trabalho. Nesse sentido, com base em literaturas, na década de 1940, o Serviço

³ Engels (s/d, p.287) apresenta que “como classe só começou a opor-se à burguesia quando resistiu violentamente à introdução das máquinas, como aconteceu logo no início do movimento indústria

⁴ De acordo com Yazbek (2009, p. 27), é a “referência ao pensamento filosófico de São Tomás de Aquino (1225) um teólogo dominicano que escreveu obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser que vai marcar o pensamento da Igreja Católica a partir do século XIII”.

⁵ Seguindo a afirmativa da autora, Yazbek (2009, p. 27) considerada a “retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão XII em 1879 na Doutrina Social da Igreja e de pensadores franco belgas como Jacques Maritain na França e do Cardeal Mercier na Bélgica. Buscavam nesta filosofia diretrizes para a abordagem da questão social”.

Social se aproxima do conhecimento teórico com base na perspectiva positivista, todavia, não podemos deixar de destacar que o pensamento positivista estava relacionado ao conservadorismo, executando sua atividade profissional no sentido da ordem e progresso, por isso recebeu apoio da Igreja Católica. Dessa forma, um dos marcos para o Serviço Social brasileiro foi o embasamento teórico-metodológico da grande influência norte-americana, do modelo de caso, grupo e comunidade, sob a influência do pensamento de Mary Richomond⁶, sendo demarcado pelo tecnicismo. Para Yazbek (2009), sinaliza que a influência positivista

É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação. (YAZBEK, 2009, p. 6)

Em se tratando da contribuição da autora, é possível destacar que o Positivismo, Funcionalismo e a Fenomenologia são vertentes teórica-metodológicas que orientaram o Serviço Social em seu processo de institucionalização. Essas matrizes vêm como respostas a uma tentativa de modernização do Serviço Social, que Netto (2007) vai denominar de modernização conservadora. Em decorrência do processo intitulado como Movimento de Reconceituação, não podemos deixar de trazer contribuições, principalmente, porque foi um dos decisivos momentos da história do Serviço Social brasileiro, que permitiu a reflexão em todas as dimensões da profissão.

Nesse sentido, este processo para Netto (2009), desenvolveu um grande avanço em relação a teoria e a ideologia da profissão. É significativo sinalizar que antes do processo do Movimento de Reconceituação, a profissão sofria veemente com profundos traços do conservadorismo. Aliás, era extremamente importante que a profissão desvinculasse com o conservadorismo institucionalizado, bem como “carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se [...] uma consensual direção interativa e cívica. A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do serviço social [...] (NETTO, 2009, p. 128).

⁶ Mary Richmond (1861-1928) foi uma das pioneiras do Serviço Social Norte-americano.

Dessa forma, o processo de institucionalização do profissional de serviço social acompanha o desenvolvimento e complexidade da sociedade capitalista. Por isso, o profissional amplia seu conhecimento científico e técnico pelo fato das contradições e desigualdade estruturadas. De acordo com Netto (2015, p. 315), “de fato, entendemos que a ruptura com o tradicionalismo é um problema de concepção *socioprofissional*, com a questão terminológica aparecendo como intelectualmente secundária”

Para não perder o raciocínio conforme Netto (1992), os assistentes sociais de acordo com o processo histórico vêm se desenvolvendo a partir de uma nova versão, articulando juntamente para um perfil profissional constituído em conformidade do projeto ético-político. Assim, portanto, é nessa lógica que os assistentes sociais vão se inserindo.

Não se trata de um deslocamento simples: as agências em que se deslocam as protoformas do Serviço Social pensam-nas e realizam-nas como conjunto de ações não só derivadas menos de necessidade ou demandas sociais do que de impulsões ética-morais, mas especialmente como atividades exteriores à lógica do mercado (e daí também o privilégio do trabalho gracioso e voluntário, 'comunitário'); apenas quando saltam para fora dessas agências, ou quando elas passam a subordinar-se a uma orientação diversa, e que os agentes podem empreender o caminho da profissionalização ainda que, repita-se, nestas passagens, conservem o referencial produzido naquelas agências (NETTO, p.58, 1992).

Nessa perspectiva, o movimento de reconceituação é visualizado como um processo de (des)construção do pensamento conservador, por isso, as práticas e formulações do Serviço Social estavam sob uma hegemonia de renovação. Contudo, para além dessa discussão, não podemos deixar de problematizar que nesse cenário na década 1970 o Brasil estava passando por um longo processo denominado por Netto (2007) como “autocracia burguesa” da ditadura militar em decorrência dos militares, civis e uma pequena minoria de burgueses por não ficarem satisfeitos com as reformas do governo. Durante essa transformação da profissão, ocorreram três perspectivas que Netto (2007) vai trazer na sua obra *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do serviço social no Brasil pós-64, portanto, não discorremos uma por uma.

Por fim, para concluir esse tópico e retornando o raciocínio do movimento de reconceituação, também, importa destacar que esse processo ocorreu em razão de disputa por projetos profissionais. Sendo assim, a profissão se aproximou da tradição marxista, contudo sem o autor Marx devido o cenário da autocracia burguesa.

Pensar a categoria trabalho, para melhor compreensão, a reflexão se inicia problematizando uma das polêmicas iniciada por dois rigorosos marxistas do Serviço Social, Iamamoto (2003) e Lessa (2006), que identificam a necessidade do aprofundamento teórico para analisar a consistência de ambas as partes. Além disso, a crítica de Lessa, esta intrinsecamente pautada em discutir a categoria trabalho que de acordo com os escritos em MARX (1983, p. 149-150), “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Dessa forma, em primeiro lugar, utilizaremos da reflexão de Lessa (2006) para podermos deixar evidente alguns apontamentos relevantes, para materializar as ideias, de acordo com Lessa (LESSA, 2000, pág. 52), o motivo do Serviço Social não poder ser considerado trabalho é “[...] porque o Serviço Social não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessárias a reprodução social.”

Nessa perspectiva, para a autora Iamamoto (2003), o Serviço Social é considerado trabalho porque utiliza-se da sua força de trabalho para contribuir no processo de produção e (re)produção social. Diante disso, a partir da análise de autora vai considerar o Serviço Social enquanto trabalho por que

O Serviço Social contribui para a produção e reprodução desta sociedade, ele participa deste processo enquanto trabalhador coletivo que, por meio de seu trabalho, garante a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho. É desta forma, uma profissão socialmente necessária [...] por que ela atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora (IAMAMOTO, 2000, p. 67).

Assim, não temos a pretensão de fazer jus a esse debate, mas de expor e informar os principais argumentos sobre a categoria trabalho. Diante disso é importante considerar essas divergências teóricas para a ampliação do debate e introdução à nossa temática central aqui nesse trabalho.

Nesse momento, o debate discorre a partir da Questão Social enquanto matéria-prima de trabalho do Serviço Social para refletir as expressões da Questão Social como resultante estruturais da relação contraditória do capital x trabalho. A rigor, a pobreza, por sua vez, era compreendida como obra do destino e vontade de Deus, justificando a desigualdade social, por isso, por muitas vezes a questão social era tratada como caso de polícia no contexto brasileiro, ou seja, “ajustar” os desajustados, para que não ocorressem

movimentos reivindicações da parte dos trabalhadores em relação às péssimas condições de vida e trabalho.

Para maior esclarecimento acerca da Questão Social, segundo CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

No que se refere à “questão social”, enquanto um conjunto de desigualdades, Iamamoto (2008, p. 128) reflete que as “desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do país, têm sido uma de suas particularidades históricas”, nessa direção, compreendemos que, no universo da sociedade burguesa em que se expressam essas desigualdades, o sistema social também assume elementos contraditórios uma vez que, as ações do Estado (políticas sociais) são por certas influenciadas pela configuração do Estado. Não podemos deixar de refletir, no entanto, que essas desigualdades expressam os reflexos da contradição capital-trabalho.

Nesse sentido, não podemos deixar de observar que essas desigualdades se dão em razão de um processo das barbáries como o aumento da fome, do desemprego e da exploração, exposto isto, evidencia-se as expressões da questão social da sociedade capitalista, que concentra a riqueza cada vez mais em uma pequena minoria.

Nessa perspectiva, Iamamoto (2015, p. 58) vai apresentar a Questão Social como sendo “a necessidade das políticas sociais, no âmbito das relações entre as classes e o Estado, mas políticas sociais, por si, não explicam a questão social”. Para além disso, Iamamoto (2015) destaca que o debate não está direcionado para essa divisão entre pobres e ricos. Diante de tal assertiva, a reflexão em questão, se fortalece na medida em que compreendemos a questão social como determinante histórico da sociabilidade burguesa.

Caminhos para pensar o Território em uma perspectiva ampliada

A categoria território tornou-se objeto de estudo científico acerca dos fenômenos naturais e sociais que se dissipam em um dado geográfico. De acordo com o Novo

Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004), território significa, “base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania, e que abrange o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes golfos, baías e portos”. Compreender o território, Milton Santos (2007, p.14) defende que “o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si”. A rigor, a partir da perspectiva geográfica, apesar de que o território não se limita apenas o espaço geográfico, na geografia, posteriormente, o conceito de território expressa-se através da análise em que se delimita o espaço físico em que o estado se concretiza. Porém, posto que o conceito de território é considerado polissêmico, que pode ganhar significados diferentes, uma vez que, tem mais de um significado, desta forma, não fica restrito apenas a perspectiva geopolítica, podendo ser utilizado também para representar as relações sociais.

Nessa direção, o objetivo desse tópico não é trazer conceitualmente o significado do território, mas enfatizar do ponto de vista teórico para pensar categoricamente a necessidade de dialogar com essa temática a nível de se aproximar da práxis humana a partir da realidade ampliada. Lefebvre (2008, p.115), considera que o debate acerca de território está relacionado a partir das contradições da sociedade capitalista, nessa mesma linha de raciocínio o referido autor amplia a discussão com a pretensão de contribuir relatando que, “o espaço não é uma forma pura e é por isso que o ‘método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social”.

Nessa perspectiva, não podemos visualizar a categoria território como mero espaço geográfico, mas sim trazer para o campo de análise categorial em Marx, pois trata-se de uma categoria que se coloca em constante processo de modificação através movimentos históricos, sociais e políticos. Além disso, o âmbito territorial está intrinsecamente relacionado nas relações sociais, pois, são nos espaços geográficos que acontecem a vida no seu cotidiano do seu objeto real.

Para pensar essa reflexão, de acordo com LEÃO e BARROS (2012, p. 578)

[...] É possível, então, estabelecer uma relação entre o território, a condição socioeconômica e os transtornos mentais. [...] As condições associadas à pobreza e à fragilidade dos vínculos societários, como o desemprego, a privação, o desabrigo, o baixo nível de instrução, contribuem para a manifestação dos transtornos mentais, [...] Os discursos indicam o funcionamento do serviço, pautado pela relação com o território, como o significado atribuído para as ações no cotidiano de trabalho. [...] Por esse ângulo, não basta a existência do serviço territorial se o mesmo não promove

intervenções nos espaços de vida das pessoas, pois é ali que o sofrimento está implicado. (LEÃO e BARROS, 2012, p. 579)

Diante disso, podemos perceber que o espaço material do cotidiano da vida social vai além quando comparadas com as relações envolvidas na reprodução das relações humanas. Com isso, não podemos nos limitar quando tratamos da temática território a um espaço físico, mas compreendermos a complexidade do processo e os fatores objetivos e subjetivos demandado no cotidiano, o que nos faz lembrarmos do método do materialismo histórico-dialético em Marx, para tal compreensão Harvey (2004, p. 285) aponta que “[...] pensar a nós mesmos como inseridos num fluxo contínuo de processos vivos que podemos afetar individual e coletivamente por meio de nossas ações”.

Para concluir esta reflexão, nesse primeiro momento, buscou-se levantar algumas discussões e debates à luz de uma perspectiva marxista para analisar como se organizou a categoria território na sociabilidade capitalista, tendo em vista que está fortemente ligada ao movimento das contradições do processo de reprodução do capital. Aliás, não podemos deixar de sinalizar que tal reflexão surge com base nos escritos de Marx (2003), que vai discutir sobre o processo da expropriação no O capital, a partir das inquietações da Lei Geral de Acumulação, especificamente no capítulo 24, sobre a assim chamada acumulação primitiva. Portanto, ressaltamos que trazemos questões preliminares, mas o objetivo é aprofundar o estudo na produção intelectual da dissertação do mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial-UFT).

Qual a perspectiva de território para a política de assistência social?

Para pensar o território a partir da concepção da Política de Assistência Social, é preciso compreender que o território vai para além de um espaço geográfico, provocando a reflexão acerca da importância das expectativas das famílias que são acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), reconstruindo sua história a partir dos equipamentos de execução. Notoriamente, o território impacta na condição de vida das famílias, principalmente, pois o território é o local de potencialidades e vulnerabilidade. De acordo com Fuini (2017, p. 20) baseado em Haesbeaster

a concepção de território que Haesbaert traz é de uma dimensão espacial que se reve-la em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos

com certo lugar. O território também assume um viés multi-dimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações. (FUINI, 2017, p. 20)

Para análise de tal reflexão, a autora Koga (2016) discute vulnerabilidade e território, destaca, que não seria adequado do ponto de vista teórico associar vulnerabilidade a território, destacando que é importante pensar sob a lógica de espaços onde ocorrem manifestações de vulnerabilidades, uma vez que as vulnerabilidades não serão as únicas manifestações que irão ocorrer no território, nesse sentido destaca a autora, é um equívoco denominar territórios vulneráveis. A compreensão do local e/ou território, segundo ela, não pode ocorrer distanciada da ideia de processualidade levando em consideração mediações econômicas, sociais, culturais e simbólicas. É importante pensar a vulnerabilidade e o território de forma dinâmica e em movimento.

Nesse sentido, quando dialogamos sobre a Política de Assistência Social, faz-se necessário compreendermos que atualmente a assistência social sofre os rebatimentos ocasionados por um (des)governo que defende o discurso do (des)financiamento das políticas sociais no campo da Seguridade Social, reforçando um estado do neoliberalismo. Ademais, não podemos deixar de apresentar que a Política de Assistência Social tem um papel fundamental no campo dos direitos sociais no sentido de oportunizar a proteção social.

Por isso, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) oferece a possibilidade de enfrentar as linhagens do bem-estar enraizadas na cultura política brasileira, definidas por ideologias como favoritismo, ajuda, benevolência, subordinação servil e pobre, hereditariedade e dependência persistente. A cidadania é construída como elemento fundamental na luta contra a pobreza, porém, esse enfrentamento deve contemplar um cidadão que, mesmo em suas condições de pobreza, seja protagonista das estratégias necessárias a esse processo.

Pensar acerca da política de assistência social presente nesses territórios, nos leva pensá-la sob a perspectiva dos direitos sociais, contudo, como sinaliza Gomes (2001, p. 59), na realidade brasileira a assistência social está atravessada, pelo “dilema entre constituir-se em política de provisão de necessidades básicas ou a tradicional prática de socorro e ajuda”. Todavia é importante que se destaque que desde o reordenamento da assistência social advindo por meio da Constituição Federal de 1988 (CF 88), Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

Norma Operacional Básica (NOB) / (SUAS) e Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, a assistência tem caminhado na direção de se consolidar pelo campo dos direitos sociais. Portanto, precisamos avançar no sentido de pensar o território enquanto espaço de potencialidades, e refletir em conjunto com os trabalhadores da política de assistência social para pensar em possibilidades de momentos de reflexões, para não cairmos em práticas programáticas, que muitas vezes reflete no cotidiano profissional do(a) assistente social.

Considerações Finais

O presente artigo foi desenvolvido com o intuito de investigar as categorias Serviço Social, Território e Questão Social, pois, acredita-se que esse debate não se esgota aqui, mas abre oportunidade para novas e ainda mais profundas reflexões sobre a temática, tendo em vista que, reconhecemos a importância do diálogo teórico-metodológico para pensar a profissão de Serviço Social no contexto dos desmontes das políticas públicas. Portanto, é importante se manter em constante postura de resistência.

Podemos perceber que as temáticas abordadas são de fundamental importância devido a sua complexidade e por ser um dos fatores que fazem parte do processo de produção e reprodução social e está intrinsecamente relacionado ao cotidiano. É válido destacar que pensar no território de modo limitado em caráter apenas espacial e geográfico pode ser um reducionismo das diversidades existentes no cotidiano das vidas das pessoas.

Além disso, pensar no território de modo limitado é uma das formas de fortalecer as relações conservadoras. Assim, não sendo considerado as especificidades locais e pessoais e a subjetividade vivenciada nas relações interpessoais e subjetiva das relações sociais, com isso, sendo um dos elementos que podem impulsionar as expressões da questão social que são presentes na vida da população trabalhadora.

Ademais, essas ações conservadoras são legitimadas pelo neoliberalismo em que é um fator que vem impactando negativamente e de modo direto a classe que sobrevive do trabalho. Assim, podemos perceber essas intervenções dessa doutrina socioeconômica nas restrições dos direitos sociais e nas políticas públicas e sociais como por exemplo na Política de Assistência Social.

Portanto, em contrapartida, podemos situar o Serviço Social e os Assistentes Sociais como um dos profissionais que lutam e resistem diante desse cenário de

precarização do trabalho e redução dos direitos sociais. Através da prática do Projeto Ético e Político do Serviço Social que possui como valor central a liberdade e compromisso com a autonomia, emancipação e a expansão dos direitos sociais da coletividade. Diante disso, que possamos resistir às práticas autoritárias de limitação da liberdade e diversidade e compreender o cotidiano como expressão da sobrevivência humana dentro de diversos territórios.

Referências

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo**. Campinas: Papel Social, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **80 anos do Serviço Social**. 2016, Disponível em: <https://youtu.be/5w4s1QeepMQ> Acesso em 02 de mai. de 2022.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. In: Coleção síntese. Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, s/d.

Fuini, L. L. (2017). O TERRITÓRIO EM ROGÉRIO HAESBAERT: CONCEPÇÕES E CONOTAÇÕES. **Geografia Ensino & Pesquisa**, 21(1), 19–29. <https://doi.org/10.5902/2236499422589>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Ana Lúcia. **O Benefício de Prestação Continuada: um direito da assistência social –uma tradução imperfeita?** (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC, Faculdade de Serviço Social, 2001.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo, Cortez 2015.

IASI, M. **Meta amor fases: coletânea de poemas**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 192 p.

KOGA, Dirce. **Debate Virtual: Vulnerabilidades sociais e território**. 2016, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vx2Olb10dRg>. Acesso em 04 de jul. de 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. 1.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LESSA, S. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, Brasília, ano 1, n.2, p.35-58, jul./dez. 2000.

LEÃO, Adriana; BARROS, Sônia. Território e serviço comunitário de saúde mental: as concepções presentes nos discursos dos atores do processo da reforma psiquiátrica brasileira. **Saúde Soc. [online]**, 2012, São Paulo, vol. 21, n.3, p. 572-586. ISSN 0104-1290. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xY8fmxkn3PP4VHqScgig7fr/abstract/?lang=pt> Acesso em: 28 de jul. de 2022.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Milton. et al. **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.

_____. **O significado sócio-histórico da profissão**. in: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. in: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Processo de revisão por pares

O presente Artigo foi revisado por meio da avaliação aberta. A rodada de avaliações contou com a revisão de Ronilson Fernandes da Silva, Emmanuel Barbosa do Nascimento,

Victoria Martins Moraes de Sousa e Fernanda Regina. O processo de revisão foi mediado pela Profa. Dra. Priscilla Chantal.